

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Engº Caetano Álvares, 55 — 856-2122 (PABX) — CEP 02598
 São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01051 SP — E. Telegráfico ESTADO
 Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tacito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Orlando Marques

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

O acordo, afinal.

Com o acordo sobre os juros atrasados, fechado anteontem em Nova York, o governo brasileiro começa, finalmente, a romper o cerco a que estava sendo submetido pela comunidade financeira internacional. Desde a semana passada considerava-se iminente o fechamento deste acordo, que prevê o pagamento, ainda este ano, de 25% de um total de aproximadamente US\$ 8 bilhões em juros vencidos e a emissão de bônus, com vencimento em até dez anos, para os 75% restantes. Começa agora uma nova fase de negociação, mais importante, pois envolve a dívida principal.

Ao apresentar sua proposta global de negociação da dívida externa, em outubro do ano passado, o governo brasileiro disse que pretendia, no menor prazo possível, obter um acordo duradouro e aceitável para as duas partes. A proposta brasileira, no entanto, foi inteiramente rejeitada por basear-se num conceito de **capacidade de pagamento** — vinculada ao superávit fiscal e não mais ao superávit comercial — considerado inaceitável pelos credores e por não fazer referência ao pagamento dos atrasados, que ficaria condicionado à negociação do principal.

Desde então, sob crescente pressão dos governos dos países ricos, a começar pelo governo norte-americano, o Brasil foi recuando lentamente de suas posições iniciais. Essa lentidão impediu que o governo chegasse a um acordo com o Fundo Monetário Internacional, que avalizaria o reingresso do País na comunidade financeira internacional, levou os governos dos Estados Unidos e do Japão a obrigarem os bancos credores norte-americanos e japoneses a lançarem como prejuízo parte daquilo que nos emprestaram, fez com que instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) bloqueassem financiamentos ao Brasil e contribuiu para afugentar o capital externo.

Diante dessa pressão o governo brasileiro aceitou discutir o pagamento dos atrasados sem vinculá-lo ao acerto prévio sobre a dívida total e deixou de lado a tese da capacidade de pagamento. Mesmo assim, as negociações não progrediam na velocidade desejada pelas instituições financeiras internacionais, o que levou o governo norte-americano — com o apoio de outros países desenvolvidos — a impedir, na semana passada, que o BID liberasse um financiamento de US\$ 350 milhões ao Brasil.

No domingo, ao participar da assembléia anual do BID, na cidade japonesa de Nagoya, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, condenou, como “ilegítima e inaceitável”, a pressão sobre o BID. “Necessitamos de uma economia internacional que seja suporte e não entrave ao nosso desenvolvimento, uma atitude positiva e não negativa no equacionamento das questões mais relevantes para nossos países, em especial a dívida externa (...)”, disse a ministra.

A economia internacional, entretanto, está disposta a ser esse suporte, como a própria ministra, se quisesse, poderia ter visto durante sua estada no Japão. A assembléia do BID serviu, por exemplo, para confirmar que mudou o enfoque internacional a respeito das melhores alternativas de investimentos. Com a queda do Muro de Berlim, em 1989, dizia-se que a Europa Oriental seria o destino da grande maioria dos investimentos dos países ricos. O que se percebe hoje é que o interesse prioritário do capital internacional pela Europa Oriental é um mito, visto que a recuperação dos países que até recentemente tinham suas economias centralmente planejadas pelo Estado é tarefa para anos, talvez décadas. Por isso, a América Latina volta a ser atraente, depois que países como o México — que está prestes a assinar o tratado criando o mercado comum com os Esta-

dos Unidos e o Canadá —, a Venezuela e o Chile estabilizaram suas economias e fecharam acordo com os credores internacionais. Como dona Zélia pôde sentir em Nagoya, também a Argentina — cuja situação econômica, sob muitos aspectos, é muito pior do que a nossa — já merece, dos países ricos, um tratamento melhor do que o dispensado ao Brasil.

Mas, como vem acontecendo pelo menos desde os tempos do ministro Dilson Funaro, o Brasil faz questão de ser diferente. Depois de perdermos seis preciosos meses naquilo que, dada a solução a que afinal se chegou, pode ser chamado de “picuinha ideologizada”, damos finalmente o primeiro passo para romper o **apartheid** em que fomos colocados pelos países que integram o Clube de Paris.

Para o governo Collor, o que foi bom para o México, a Venezuela e o Chile — a reativação da economia, como resultado da atitude pragmaticamente inteligente de seus governos, que buscaram o rápido reingresso no circuito financeiro internacional — não parecia bom para o Brasil. A ministra, discípula e admiradora do inventor do Plano Cruzado, parecia não entender que ser diferente é bom quando é para obter condições melhores do que os outros. Quando o comportamento diferente resulta em piores condições do que as obtidas pelos outros, insistir nele é uma atitude, no mínimo, pouco inteligente. Agora, parece que isto começa a mudar. Esperamos que a mudança se confirme nos próximos (e difíceis) passos da negociação, agora com o FMI.

O acordo concluído em Nova York pelo embaixador Jório Dauster terá de passar pelo Senado. Desta vez, a ministra não poderá fazer o que fez em outubro do ano passado. Naquela ocasião, ela tentou conseguir, no Senado, a aprovação de um projeto de resolução que, ao vetar qualquer pagamento dos juros atrasados antes de um acordo para a dívida global, impediria o presidente Fernando Collor de determinar mudanças na posição inicialmente adotada pela equipe brasileira na mesa de negociações. Felizmente, o projeto de resolução do Senado foi aprovado com uma mudança na redação que abriu brecha para o pagamento dos atrasados. Essa mudança, pouco depois, permitiu ao presidente dar novo rumo às negociações. Ao regressar de uma viagem ao Japão, durante a qual viu claramente que a proposta original elaborada por sua equipe econômica não servia sequer para abrir as discussões, Collor determinou que se adotasse uma atitude mais conciliatória diante dos credores. Foi nesse momento que o embaixador Dauster começou a discutir o pagamento dos juros vencidos, pagamento a ser feito nos termos que só agora se definem.

No Senado, os nacionalistas ou nacionais-socialistas de plantão, que não admitem qualquer tipo de relação construtiva com os países capitalistas desenvolvidos, irão alegar que o governo se dispõe a pagar muito mais do que se dispunha a pagar no início das negociações e que, portanto, para atender ao interesse dos banqueiros, prefere ir além da sua capacidade de pagamento, prejudicando os investimentos indispensáveis para o desenvolvimento da economia.

Dona Zélia, se quiser, não terá dificuldades para demonstrar que a primeira condição para que voltemos a contar com qualquer investimento importante para o desenvolvimento era exatamente essa, de romper o isolamento em que o mundo desenvolvido colocou o Brasil, como represália à estúpida política de fustigação sistemática daqueles países e instituições de cuja boa vontade dependemos para sair da crise em que estamos mergulhados por culpa exclusiva dos erros, das omissões e incompetências de sucessivos governos.